

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

Ativo	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	669.516	343.158	384.482	518.974	188.495	238.760
Contas a receber de clientes (Nota 10)	497.791	430.454	451.028	362.891	318.473	261.921
Estoques (Nota 11)	530.856	510.169	693.460	252.276	267.241	269.810
Tributos sobre o lucro a recuperar	18.923	24.602	43.944	10.253	14.632	16.073
Outros tributos a recuperar (Nota 12)	48.291	50.611	44.345	36.388	35.618	29.121
Créditos por venda de imóvel (Nota 15)	605	14.388	37.415	605	14.388	37.415
Depósito bancário vinculado	-	24.485	-	-	24.485	-
Valores a receber - Eletrobrás (Nota 13)	65.189	65.189	-	65.189	65.189	-
Outros	29.356	33.816	40.207	641	889	3.149
	1.860.527	1.496.872	1.694.881	1.247.217	929.410	856.249
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14 (a) e 14 (c))	53.461	83.594	76.258	2.326	27.463	43.024
Outros tributos a recuperar (Nota 12)	1.956	1.774	1.520	1.956	1.774	1.520
Depósitos judiciais (Nota 23)	17.808	10.366	12.131	10.681	9.445	10.877
Crédito por venda de imóvel (Nota 15)	69.007	59.886	26.890	69.007	59.886	26.890
Benefício fiscal na incorporação de acionista (Nota 3.11)	71.099	88.874	88.874	71.099	88.874	88.874
Créditos com controladas (Nota 16 (c))	-	-	2.652	-	-	2.652
Outros	-	-	-	-	-	-
	213.331	244.494	208.325	204.217	187.763	173.837
Investimentos						
Em controladas (Nota 16)						
Valor contábil	-	-	-	650.432	912.834	851.319
Ágio	-	-	-	284.988	315.929	342.983
Outros	1.351	2.021	2.359	950	1.407	1.606
Imobilizado (Nota 17)	783.135	908.790	1.171.145	337.124	386.426	428.362
Intangível (Nota 18)	2.112.749	2.184.643	2.453.471	1.082.366	1.052.939	1.052.691
	3.110.566	3.339.948	3.835.300	2.560.077	2.857.298	2.850.798
	4.971.093	4.836.820	5.530.181	3.807.294	3.786.708	3.707.047
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	196.008	167.130	222.596	188.495	137.493	137.493
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	111.423	363.653	380.789	111.423	363.653	380.789
Juros de título da dívida de longo prazo (Nota 20)	13.448	-	-	13.448	-	-
Salários, provisões e contribuições sociais	86.933	95.479	114.995	59.743	42.777	57.791
Tributos sobre o lucro a recolher	29.161	37.943	31.749	29.161	37.943	31.749
Outros tributos a recolher (Nota 21)	30.454	32.778	17.624	20.953	25.303	15.330
Juros sobre o capital próprio	432	1.071	1.071	410	1.049	1.049
Obrigações com cessões de direitos	7.467	10.667	13.867	7.467	10.667	13.867
Outras obrigações	32.568	45.715	77.644	8.990	12.293	23.483
	507.894	754.436	860.335	287.846	518.088	526.744
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	1.199.635	1.418.777	2.062.755	1.199.635	1.418.777	2.062.755
Títulos de dívida de longo prazo (Nota 20)	647.569	-	-	647.569	-	-
Provisão para contingências (Nota 23)	94.141	109.817	90.099	94.141	106.246	86.760
Obrigações pós-emprego (Nota 24)	241.817	248.629	287.743	241.817	248.629	287.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14 (a) e 14 (c))	49.421	61.363	63.604	49.421	61.363	63.604
Dividas com pessoas ligadas	-	-	-	-	-	-
Outros	14.976	7.456	9.328	14.976	7.456	9.328
	2.247.559	1.846.042	2.513.529	1.318.102	1.048.412	1.043.282
Patrimônio líquido (Nota 25)						
Capital social	2.388.845	2.386.032	2.036.032	2.388.845	2.386.032	2.036.032
Reservas de capital	104.576	97.908	104.576	104.576	97.908	97.908
Reserva de lucros	3.495	2.856	2.856	3.495	2.856	2.856
Ajustes de avaliação patrimonial	(227.796)	(118.507)	96.505	(227.796)	(118.507)	96.505
Prejuízos acumulados	(67.774)	(149.299)	(96.280)	(67.774)	(149.299)	(96.280)
Controladores	2.201.346	2.220.208	2.137.021	2.201.346	2.220.208	2.137.021
Participação de acionistas não-controladores	14.294	16.134	19.296	14.294	16.134	19.296
	2.215.640	2.236.342	2.156.317	2.215.640	2.220.208	2.137.021
	4.971.093	4.836.820	5.530.181	3.807.294	3.786.708	3.707.047

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

Operações continuadas	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Receita líquida de vendas e serviços (Nota 33)	2.276.384	1.926.568	1.258.105	1.019.653
Custo dos produtos e serviços vendidos	(1.498.634)	(1.299.963)	(805.617)	(639.477)
Lucro bruto	777.750	626.605	452.488	380.176
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas	(246.265)	(199.296)	(129.705)	(91.148)
Gerais e administrativas	(229.608)	(212.921)	(129.763)	(99.136)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 16)	-	-	11.666	(76.115)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 30)	38.270	19.915	31.216	55.855
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	340.147	234.303	235.902	169.632
Resultado financeiro (Nota 31)				
Receitas financeiras	67.527	(9.762)	38.300	(29.898)
Despesas financeiras	(259.808)	(228.917)	(146.105)	(146.105)
	(192.281)	(238.679)	(102.085)	(176.003)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	147.866	(4.376)	133.817	(6.371)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14 (b))	-	-	-	-
Corrente	(4.644)	(25.875)	802	2.799
Diferido	(50.878)	(2.290)	(42.854)	(27.428)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	92.344	(32.541)	91.765	(31.000)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	91.765	(31.000)	91.765	(31.000)
Participação de acionistas não-controladores	579	(1.541)	-	-
	92.344	(32.541)	91.765	(31.000)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)				
Lucro (prejuízo) básico por ação (Nota 32 (a))	0,36	(0,14)		
Lucro (prejuízo) diluído por ação (Nota 32 (b))	0,34	(0,14)		

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

Receitas	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.658.603	2.223.252	1.627.107	1.306.033
Outras receitas	54.855	113.735	41.808	112.281
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	(2.085)	(635)	223	(13)
	2.711.373	2.336.352	1.669.138	1.418.301
Insuamos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Custos dos produtos, e dos serviços vendidos	(1.221.884)	(875.787)	(775.139)	(468.243)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(478.425)	(455.329)	(260.189)	(218.638)
	(1.700.309)	(1.331.116)	(1.035.328)	(686.881)
Valor adicionado bruto	1.011.064	1.005.236	633.810	731.420
Depreciação, amortização e exaustão	(121.603)	(126.141)	(62.039)	(55.230)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	889.461	879.095	571.771	676.190
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	11.666	(76.115)
Receitas financeiras	67.527	(9.762)	38.300	(29.898)
	67.527	(9.762)	49.966	(106.013)
Valor adicionado total a distribuir	956.988	869.333	621.737	570.177
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	511.213	384.875	337.441	242.929
Impostos, taxas e contribuições	82.562	271.027	42.052	206.818
Financiadores				
Juros e variações cambiais e monetárias	259.808	228.917	140.385	146.105
Aluguéis	11.061	17.055	10.094	5.325
Lucro (prejuízo) retido do exercício	92.344	(32.541)	91.765	(31.000)
	956.988	869.333	621.737	570.177

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

Saldo em 1º de janeiro de 2009	Reserva de Capital - Reserva ágio na emissão de ações		Gasto com emissão de ações		Reserva de Capital - Reserva Especial Lei nº 8200/91		Reserva de Capital - Reserva especial - incorporação de ágio		Opções de ações outorgadas		Reserva de lucros - reinvestimentos		Ajuste de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados		Participação dos não controladores		Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva ágio na emissão de ações	Gasto com emissão de ações	Reserva Especial Lei nº 8200/91	Reserva especial - incorporação de ágio	Opções de ações outorgadas	Reserva de lucros - reinvestimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total	Participação dos não controladores	Total						
2.036.032	-	-	5.973	88.874	3.061	2.856	96.505	(96.280)	2.137.021	19.296	2.156.317									
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(31.000)	(31.000)	(1.541)	(32.541)									
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(215.012)	(215.012)	(2.419)	(217.431)									
Ajuste - Plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	(22.019)	(22.019)	-	(22.019)									
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	(215.012)	(215.012)	(3.162)	(218.174)									
Aumento de capital (Nota 25):																				
Em espécie	350.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.000	-	350.000							
Gastos com emissão de ações	-	-	(1.226)	-	-	-	-	-	-	-	(1.226)	-	(1.226)							
Reserva de ágio na emissão de ações	-	26	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	26							
Opções de ações outorgadas	-	-	-	-	2.418	-	-	-	2.418	-	-	-	2.418							
Total de transações com acionistas	350.000	26	(1.226)	-	2.418	-	-	-	351.218	-	351.218	-	351.218							
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.386.032	26	(1.226)	5.973	88.874	5.479	2.856	(118.507)	(149.299)	16.134	2.220.208	19.296	2.236.342							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	91.765	579	92.344									
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(109.289)	(109.289)	(2.419)	(111.708)									
Ajuste - Plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	(10.240)	(10.240)	-	(10.240)									
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(109.289)	(109.289)	(2.419)	(114.000)									
Aumento de capital (Nota 25):																				
Em espécie	2.813	-	-	-	-	-	-	-	2.813	-	2.813	-	2.813							
Op																				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

3.2. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 incluem as da Controladora e das seguintes empresas controladas:

	31/12/2010	31/12/2009
Cerâmica São Caetano Ltda.	-	100
Iliama Participações S.L. e sua controlada	100	100
LWB Island Company Ltd. e suas controladas (*)	100	100
Magnesita Grundstucks Beteiligungs GmbH	100	100
Magnesita Refractories Corporation	100	100
MAG-Sé Participações Ltda.	100	100
MAG-Tec Ltda.	100	100
Massambaba Mineração Ltda.	-	100
MSA Agropecuária Ltda.	-	100
RASA - Refractories Argentinos S.A.I.CyM e sua controlada	100	100
Refractarios Magnesita Colombia S.A.	100	100
Refractarios Magnesita del Peru S.A.C.	100	100
Refractarios Magnesita Uruguay S.A.	100	100

(*) Existem joint ventures nesta empresa controlada em que o Grupo Magnesita não possui a participação integral. A participação do Grupo é de 70% na Sinterco S.A. (Bélgica), 51% na Shanxi LWB Taigang Refractories Company Ltd. (China), os quais são consolidadas integralmente, 40% na Krosaki Magnesita Refractories LLC (Estados Unidos), 50% na Magnesita Envoy Asia Ltd. (Taiwan), consolidadas proporcionalmente.

Os exercícios sociais das controladas diretas e indiretas são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma padronizadas nas empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras das controladas com operações no exterior são convertidas para Reais (R\$) de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, da seguinte forma:

- Ativos e passivos pela taxa de fechamento na data do balanço.
- As mutações do patrimônio líquido no exercício pelas taxas vigentes nas datas em que ocorreram, sendo o patrimônio líquido inicial de cada balanço representado pelo patrimônio líquido do final do exercício anterior, conforme convertido naquela data.
- As receitas e despesas da demonstração do resultado pelas taxas médias do período.
- As variações cambiais decorrentes dos itens (i), (ii) e (iii) acima são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido na conta de ajuste acumulado de conversão dentro do grupo "Ajuste de Avaliação Patrimonial".

O processo de consolidação das controladas diretas e indiretas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas;
- dos saldos de contas correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas, inclusive resultados não realizados; e
- identificação da participação dos acionistas não controladores.

3.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração - Grupo de Controle responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

3.4. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada e controlada em conjunto incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração da Companhia considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo de seus insumos de produção é pago ou incorrido, dentre outros indicadores. As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Magnesita.

(b) Transações e saldos

As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

A variação cambial do investimento em controladas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia, é registrada no Resultado Abrangente, e somente são registrados no resultado do exercício na proporção de eventual venda ou baixa por perda ou pericemento.

(c) Empresas do Grupo Magnesita

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo Magnesita (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, de acordo com o detalhado na Nota 3.2.

O ágio decorrente da aquisição de uma entidade no exterior é tratado como ativo da entidade no exterior e convertido pela taxa de fechamento.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 9).

3.6. Ativos financeiros

3.6.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

b. Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a controladas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

c. Valor justo

Os valores justos dos ativos financeiros referidos acima com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

3.6.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem.

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.6.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos ao custo amortizado

O Grupo Magnesita avalia na data do balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo Magnesita utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O Grupo Magnesita avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, o Grupo Magnesita pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.7. Instrumentos derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado. Apesar de utilizar os derivativos para fins de hedge, o Grupo Magnesita não faz uso da contabilização de hedge.

As variações no valor justo desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado, como resultado financeiro.

3.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para impairment. A provisão para perdas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo Magnesita não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas, consistente com a política de impairment de ativos financeiros ao custo amortizado.

3.9. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais aplicáveis. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias primas, mão-de-obra-direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O Imposto sobre a Renda - Pessoa Jurídica ("IRPJ") é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação, conforme descrito na Nota 14. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") é calculada à alíquota vigente, sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O passivo do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos é integralmente reconhecido enquanto que o ativo depende da probabilidade de sua realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. O reconhecimento dos créditos tributários é baseado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros elaborado e fundamentado em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O referido estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração.

3.11. Benefício fiscal na incorporação de acionista

Com a incorporação, pela Companhia, de empresa detentora de 10,97% do seu capital social, o ágio decorrente da aquisição destas ações, registrado no ativo intangível da incorporada, foi reduzido por provisão nos termos da Instrução CVM nº 349/01, tendo sido constituída uma reserva especial em contrapartida do valor líquido incorporado. Quando utilizada para aumento de capital, a reserva beneficiará a todos os acionistas. O saldo líquido desse ágio representa o valor do benefício fiscal esperado quando da sua amortização e está classificado no ativo não circulante - realizável a longo prazo.

3.12. Investimentos - Controladora

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa ou receita operacional. As variações cambiais de investimentos em controladas no exterior, que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

3.13. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Dependendo do tipo de ativo e da época de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição, ao custo histórico ajustado pelos efeitos da hiperinflação, uma vez que o Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para fins de IFRS até 1997. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os custos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos.

O Grupo Magnesita agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e, quando aplicável, a variação cambial incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Média Ponderada - Anos
Edificações e benfeitorias	26
Máquinas, instalações e equipamentos	15
Equipamentos de transporte	18
Móveis, utensílios e outros	11

A vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

De acordo com as novas práticas contábeis, a Companhia tem a opção de realizar uma avaliação do seu ativo imobilizado e estabelecer um novo custo para tais ativos na data do balanço de abertura. Este novo valor atribuído seria adotado para ativos cujo valor contábil esteja substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. A Companhia mantém ativos imobilizados de longa data em operação e tais bens têm sido utilizados em circunstâncias específicas de produção e têm exigido intervenções ou manutenções, que podem ter sido imobilizadas ou registradas como despesas do período e que, na avaliação da administração, já representam adequadamente o valor justo de uso dos bens de valor contábil baixo ou até mesmo totalmente depreciados. Adicionalmente, a Companhia possui orçamentos expressivos de investimentos que envolvem a atualização, manutenção e reforma de bens constantes do parque atual. Desta forma, a administração entende que considerando o custo histórico com base de valor, não há valor adicional a atribuir a tais bens, uma vez que a política de intervenções e manutenções continuará para que tais bens continuem a ser utilizados.

As novas práticas contábeis também requerem uma revisão das vidas úteis do ativo imobilizado. A Companhia contratou uma empresa de avaliação especializada para revisar tais vidas úteis e as despesas de depreciação foram alteradas em uma base prospectiva, conforme demonstrado na Nota 17.

3.14. Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Os ágios registrados no Grupo Magnesita são decorrentes de expectativa de rentabilidade futura e, conforme isenção prevista no IFRS 1, foram registrados como "ativo intangível". Os ágios são expressos na moeda funcional da empresa que adquiriu o investimento, os quais geram variações cambiais que são registradas no Patrimônio Líquido, conforme definido no CPC 02. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional. O teste de impairment está demonstrado na Nota 18.

(b) Softwares

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo Magnesita, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para usá-lo;
- a administração pretende concluir o software e usá-lo;
- o software pode ser usado;
- o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e
- o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software,

incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na Nota 18.

3.15. Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que tem vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não-financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.16. Fornecedores, empreiteiros e fretes

As contas a pagar aos fornecedores, empreiteiros e fretes não possuem caráter de financiamento e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, se aplicável.

3.17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.18. Provisões para contingências e Ativos contingentes

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios (Nota 23):

- Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando obtido o trânsito em julgado favorável, sobre o qual não cabe mais recursos, caracterizando o ganho como certo.

Provisões para contingências – tributárias e previdenciárias – são constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes tributários e previdenciários classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Provisão para contingências - trabalhistas - considera as ações em aberto e a média histórica de perdas.

3.19. Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e algumas de suas controladas participam de planos de pensão, administrados por entidades fechadas de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O passivo apurado pelos atuários independentes relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada a benefício definido, representada pelos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, após efetuadas as contribuições, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Os critérios de reconhecimento e mensuração, bem como as premissas atuariais, estão apresentadas na Nota 24.

(b) Participação nos lucros

A Companhia provisiona o seu programa de remuneração variável aos empregados em função das metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores e acordadas com o sindicato da categoria, tendo a respectiva despesa sido alocada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

(c) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

3.20. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo Magnesita. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre entidades do Grupo Magnesita.

O Grupo Magnesita reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo, e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Magnesita, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo Magnesita baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

b. Venda de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.21. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tópico	Data da entrada em vigor	Exigências-chave
Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"	1º de julho de 2010	Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009).	1º de janeiro de 2011	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.
IFRIC 19 - "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital"	1º de julho de 2010	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.

Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

Norma	Aplicações	Principais exigências
IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"	Aplicado prospectivamente.	(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenções no IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório Financeiro Intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicada retroativamente. Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente.	(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado. Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008). (b) Mensuração de participações não controladoras A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS. (c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente.	Esclarece que as conseqüentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em Joint Ventures", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.
IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"	1º de janeiro de 2011 Aplicado retroativamente.	Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: • circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; • transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; • mudanças na classificação dos ativos financeiros; e • mudanças nos passivos e ativos contingentes.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo Magnesita faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (impairment) estimativa do ágio (goodwill).

Anualmente, o Grupo Magnesita testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a prática contábil apresentada na Nota 3.15 e premissas descritas na Nota 18. Os valores recuperáveis dos grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Com base nessas estimativas, não foi identificado impairment do ágio em 31 de dezembro de 2010.

(b) Imposto de renda e contribuição social

O Grupo Magnesita está sujeito ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 e de 2008 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração que consideram a opção pelo regime tributário de transição - RTT para as empresas brasileiras, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis decorrentes das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil através das Leis no. 11.638/07 e 11.941/09. A partir de 2010 o RTT passou a ser obrigatório para todas as empresas brasileiras. A Companhia constituiu os tributos diferidos sobre os efeitos contábeis decorrentes da adoção das Leis referidas acima.

O Grupo Magnesita reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo Magnesita revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo Magnesita utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando uma variação provável com base em índices do mercado e deterioração de 25% e 50% sobre o cenário provável, estão demonstradas na Nota 5.4.

(d) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo Magnesita determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo Magnesita considera as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 24.

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo relacionado com a dívida contratada para cobertura da insuficiência de reservas.

(e) Provisões para contingências

Como descrito na Nota 23, o Grupo Magnesita é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, ao Grupo Magnesita. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

(f) Taxas de vida útil do ativo imobilizado

Conforme descrito na nota 17 a depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de consultores externos, que são revisados regularmente. A Administração acredita que a vida útil está corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações financeiras.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo Magnesita o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo Magnesita. O Grupo Magnesita utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo Magnesita. O Conselho de Administração estabelece normas e políticas, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Política de utilização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e de 2009. A Companhia adota uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A referida política tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações, e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. A Companhia realiza operações de derivativos visando sempre proteger seus passivos financeiros e reduzir sua exposição cambial, com o objetivo de evitar o descasamento entre moedas e reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.

b. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia gerencia seus riscos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável. O objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, por meio do gerenciamento das taxas de câmbio, taxas de juros e condições de mercado. A gestão de riscos financeiros é determinada por meio de norma interna que estabelece as estratégias de gerenciamento de riscos e a política de proteção patrimonial, permitindo a realização de operações de hedge (proteção) e por meio das decisões do Conselho de Administração.

A Companhia não tem a prática de efetuar operações especulativas. Os procedimentos de controles internos da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma consolidada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos são: taxas de câmbio, taxas de juros e preços de produtos. As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha e que são monitoradas regularmente, com avaliação dos limites e exposições de risco de crédito das suas contrapartes.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A política de vendas da Companhia e de suas controladas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é obtido por meio de uma análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento, balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber (pulverização do risco).

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, o Grupo Magnesita tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. São aceitos somente títulos e papéis de instituições que foram avaliadas por uma agência de rating conceituada (Moody's, S&P,

Fitch) e classificadas com rating mínimo "AA", tanto para aplicações em instituições brasileiras como estrangeiras. Nenhuma instituição financeira detém, isoladamente, mais de 20% do total das aplicações financeiras e demais investimentos do Grupo Magnesita, considerando-se o montante total aplicado.

d. Risco de liquidez

A Companhia adota uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes do Grupo Magnesita por meio da análise das demonstrações financeiras, patrimônio líquido e rating, visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, definir nível de concentração de suas operações, controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e pulverizar risco de liquidez. A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Esta previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida do Grupo Magnesita. Em todo o trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de covenants e metas internas do nível de alavancagem. A tesouraria monitora as previsões contidas no Fluxo de Caixa Direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, de investimentos e o devido cumprimento de pagamento de suas obrigações.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerenciado pela tesouraria. A tesouraria investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo Magnesita mantém títulos e valores mobiliários de R\$ 518.159 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 201.761) que se espera serem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

e. Riscos de mercado

(i) Risco cambial

O Grupo Magnesita atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A política financeira do Grupo Magnesita destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir custos, diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, proteger-se da exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas.

Como medida preventiva e de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de swap e ter ativos vinculados à correção cambial, conforme demonstrado a seguir:

	Em R\$ mil - 31/12/2010		Em R\$ mil - 31/12/2009	
	USD	€	USD	€
Ativos e passivos em moeda estrangeira				
Caixa e bancos	58.569	69.619	21.267	42.425
Títulos e valores mobiliários	3.720	-	135	62.066
Contas a receber, líquidas de provisão para riscos de crédito	83.330	111.760	32.847	84.080
Fornecedores	(47.323)	(55.781)	(17.068)	(30.529)
Empréstimos e financiamentos	(181.222)	(10.918)	-	(756.240)
Emissão títulos de dívida	(647.569)	-	-	-
Outros passivos monetários líquidos no exterior	(65.794)	(139.855)	(20.969)	(56.335)
	(796.289)	(25.175)	16.212	(654.533)

Os empréstimos vinculados à variação do dólar americano estão suportados por transações realizadas nos Estados Unidos e Europa, além de exportações da Controladora nessa moeda. O excedente foi objeto de contratação de operação de hedge para os riscos de perda cambial. Portanto, a Administração entende que o risco desta variação cambial está mitigado por tais operações.

(ii) Risco de taxa de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo Magnesita decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem o Grupo Magnesita ao risco de taxa de juros. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo Magnesita ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A política financeira do Grupo Magnesita destaca que as operações de derivativos têm como objetivos reduzir o risco por meio da substituição de taxas de juros flutuante por taxas de juros fixa ou substituir as taxas de juros baseadas em índices internacionais por índices em moeda local. Durante os anos de 2010 e 2009, os empréstimos do Grupo Magnesita às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólar dos Estados Unidos.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamento e títulos de dívida de longo prazo no passivo circulante e no passivo não circulante podem ser demonstradas conforme abaixo:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	%		%		%	
Empréstimos e financiamentos						
Pré-fixada	192.141	14	261.845	15	265.438	11
TJLP	75.172	6	833	-	72	-
Libor	-	-	28	1.104.175	45	-
CDI	1.043.745	80	1.012.612	57	1.073.859	44
	1.311.058	100	1.782.430	100	2.443.544	100
Títulos de dívida de longo prazo						
Pré-fixado	647.569	100				

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	%		%		%	
Empréstimos e financiamentos						
Pré-fixada	142.335	11	234.672	19	238.741	18
TJLP	75.172	6	833	-	-	-
Libor	-	-	-	-	-	-
CDI	1.057.009	83	1.012.366	81	1.073.859	82
	1.274.516	100	1.247.871	100	1.312.600	100

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para o gerenciamento de riscos referentes às oscilações das taxas de empréstimos e financiamentos.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo Magnesita ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo Magnesita monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e títulos da dívida de longo prazo subtraído o montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de dívida sobre patrimônio líquido podem ser assim demonstrados:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total dos empréstimos, financiamentos e título da dívida de longo prazo	1.972.075	1.784.584	2.443.544
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(669.516)	(343.158)	(384.482)
Dívida líquida	1.302.559	1.441.426	2.059.062
Total do Patrimônio Líquido	2.215.640	2.236.342	2.156.317
Total do Capital	3.518.199	3.677.768	4.215.379
Índice de alavancagem financeira	37%	39%	49%

	Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total dos empréstimos, financiamentos e tributos parcelados	1.275.912	1.250.025	1.312.600
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(518.974)	(188.495)	(238.760)
Dívida líquida	756.938	1.061.530	1.073.840
Total do Patrimônio Líquido	2.201.346	2.220.208	2.137.021
Total do Capital	2.958.284	3.281.738	3.210.861
Índice de alavancagem financeira	26%	32%	33%

5.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis das contas a receber de clientes, menos a provisão para perdas, e das contas a pagar aos fornecedores sejam próximos de seus valores justos devido ao seu curto prazo de vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo Magnesita para instrumentos financeiros similares.

Para as operações de swap e NDF, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do site da BM&F, Broadcast e Bloomberg. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos. Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber é o valor justo das operações.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

O Grupo Magnesita aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3). Os ativos e passivos do Grupo Magnesita mensurados pelo valor justo por meio do resultado compreendem basicamente os instrumentos financeiros derivativos, que são classificados em nível 2.

5.4. Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Nossa análise considera os seguintes riscos:

1. Contratos de derivativos elaborados para risco de câmbio. Neste caso a Administração considerou como "cenário I", um cenário razoavelmente possível, sendo o valor justo dos contratos em 31 de dezembro de 2010. Os cenários II e III foram calculados com deteriorações das taxas em 25% e 50% respectivamente, sobre o cenário I, considerando essas hipóteses para a data 31 de dezembro de 2011. Esta análise leva a seguinte posição:

Operação	Risco	Ganho (Perda)		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Alemanha (hedge) Swap	Valorização do euro frente ao dólar	(3.589)	(87.945)	(172.300)
Reino Unido (hedge) NDF	Valorização da libra frente ao euro	189	(2.661)	(8.363)

2. Risco de taxa de juros: consideramos como cenário I (razoavelmente possível) a previsão do Banco Central do Brasil para as taxas do CDI e libor para o ano de 2011. Adicionalmente, os cenários II e III foram calculados com deterioração da taxa do CDI e libor em 25% e 50%, respectivamente, sobre o cenário I, considerando estas hipóteses para o ano de 2011. No caso da taxa libor (0,65% para cenário I, 0,81% para cenário II e 0,97% para cenário III). Esta situação levaria ao seguinte valor das despesas financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2010, considerando a parte pós-fixada da taxa de juros:

Operação	Risco	Despesa financeira		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de nota de crédito de exportação	CDI	(21.605)	(28.688)	(57.289)
Pré-pagamento de exportação	Libor	(87)	(225)	(362)

Na avaliação da administração, as variações futuras nestas taxas pós-fixadas de juros não gerariam efeitos que não pudessem ser suportados pelo negócio da Companhia.

6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contrata operações de derivativos com fins especulativos e geralmente não as liquida antes de seus respectivos vencimentos.

A Companhia monitora os riscos cambiais decorrentes do seu endividamento em moedas estrangeiras excedentes ao volume das operações existentes nestas moedas. Este monitoramento considera, ainda, a evolução das taxas de câmbio, especialmente o Dólar e o Euro, para tomada de decisão quanto a contratação de operações de swap. Dessa forma durante o 2º trimestre de 2010 a controlada indireta Rearden G Holdings Eins GmbH contratou operação de swap. Tendo em vista o maior valor da dívida em Dólar frente as operações do Grupo Magnesita nesta moeda, a aquisição desta operação foi no mercado de balcão junto ao banco Itaú BBA S.A. Além disso, o Grupo Magnesita possui alguns contratos de "NDF" de taxa cambial para proteger o risco cambial de aquisições de matérias-primas.

Descrição	Faixas de vencimento Mês / ano</
-----------	----------------------------------



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			Controladora		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos						
31 de dezembro de 2010						
Empréstimos, financiamentos	-	1.307.469	1.307.469	-	1.274.516	1.274.516
Instrumentos financeiros derivativos	3.589	-	3.589	-	-	-
Fornecedores, empreiteiros e fretes	-	196.008	196.008	-	85.273	85.273
	<u>3.589</u>	<u>1.503.477</u>	<u>1.507.066</u>	<u>-</u>	<u>1.359.789</u>	<u>1.359.789</u>

	Consolidado		Controladora	
	Empréstimos e recebíveis	Total	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos				
31 de dezembro de 2009				
Caixas e equivalentes de caixa - Caixa e banco		141.397		18.083
- CDB e Compromissadas		201.761		170.412
Contas a receber de clientes		430.454		318.473
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)		163.948		163.948
		<u>937.560</u>		<u>670.916</u>

	Consolidado		Controladora	
	Outros passivos financeiros	Total	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
31 de dezembro de 2009				
Empréstimos e financiamentos		1.782.430		1.247.871
Fornecedores, empreiteiros e fretes		167.130		79.295
		<u>1.949.560</u>		<u>1.327.166</u>

	Consolidado		Controladora	
	Empréstimos e recebíveis	Total	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos				
1º de janeiro de 2009				
Caixas e equivalentes de caixa				
- Caixa e bancos	113.900	-	113.900	14.502
- CDB e Compromissadas	274.581	-	274.581	228.257
Instrumentos financeiros derivativos	-	(3.999)	(3.999)	-
Contas a receber de clientes	451.028	-	451.028	261.921
Demais contas a receber (excluindo pagamentos antecipados)	64.305	-	64.305	-
	<u>903.814</u>	<u>(3.999)</u>	<u>899.815</u>	<u>568.985</u>

	Consolidado		Controladora	
	Outros passivos financeiros	Total	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
1º de janeiro de 2009				
Empréstimos e financiamentos		2.443.544		1.312.600
Fornecedores, empreiteiros e fretes		222.596		53.467
		<u>2.666.140</u>		<u>1.366.067</u>

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 1	477.585	391.843	392.651	334.293
Grupo 2	27.257	38.855	66.265	27.257
Grupo 3	2.626	9.150	4.184	2.398
Provisão para perdas ("impairment")	(9.677)	(9.394)	(12.072)	(1.057)
Total de contas a receber de clientes	497.791	430.454	451.028	362.891
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo				
AAA	151.357	141.397	113.900	21.235
Títulos e valores mobiliários				
AAA	518.159	201.761	270.582	497.739
Total de caixa e equiva lentes de caixa	<u>669.516</u>	<u>343.158</u>	<u>384.482</u>	<u>518.974</u>

• Grupo 1 - Grandes grupos econômicos, cujo risco de inadimplência é muito baixo.
• Grupo 2 - Clientes segurados por instituições financeiras conceituadas.
• Grupo 3 - Clientes sem garantia ou com histórico ruim.

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a receber de clientes						
Operações de renda fixa	518.159	201.761	270.582	497.739	170.412	224.258
	<u>669.516</u>	<u>343.158</u>	<u>384.482</u>	<u>518.974</u>	<u>188.495</u>	<u>238.760</u>

A rubrica "Caixa e bancos" apresenta em 31 de dezembro de 2010, no consolidado, R\$ 1.902 (31/12/2009 - R\$ 1.369; 01/01/2009 - R\$ 2.367) em moeda local e R\$ 149.455 (31/12/2009 - R\$ 140.028; 01/01/2009 - R\$ 111.533) em moeda estrangeira e representa basicamente depósitos em conta corrente bancária. Os "Títulos e valores mobiliários" foram classificados como "empréstimos e recebíveis" e correspondem a operações de renda fixa com vencimentos próximos à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estando disponíveis para resgate imediato. No consolidado, parte destas operações de renda fixa no montante de R\$ 3.855 (31/12/2009 - R\$ 62.475; 01/01/2009 - R\$ 19.025) está trelada à variação cambial, principalmente do dólar norte-americano.

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
10. Contas a receber de clientes						
Clientes no país	269.856	209.101	145.947	262.716	203.491	143.545
Clientes no exterior	237.612	230.747	317.153	37.159	51.730	74.698
Contas a receber de controladas	-	-	-	64.073	64.532	44.945
Provisão para perdas ("impairment")	(9.677)	(9.394)	(12.072)	(1.057)	(1.280)	(1.267)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>497.791</u>	<u>430.454</u>	<u>451.028</u>	<u>362.891</u>	<u>318.473</u>	<u>261.921</u>

As contas a receber não possuem caráter de financiamento e estão avaliadas e registradas inicialmente pelo valor justo.

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valores a vencer:						
Até 90 dias	169.474	131.209	107.378	210.138	172.869	96.882
Acima de 90 dias	303.074	276.930	333.232	112.008	98.907	100.326
Vencidos:						
Até 30 dias	6.574	278	1.050	13.394	15.547	13.241
Acima de 60 dias	28.346	31.431	21.440	28.408	32.430	52.739
(-) Provisão para perdas ("impairment")	(9.677)	(9.394)	(12.072)	(1.057)	(1.280)	(1.267)
	<u>497.791</u>	<u>430.454</u>	<u>451.028</u>	<u>362.891</u>	<u>318.473</u>	<u>261.921</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
11. Estoques				
Adições				
Baixas		284		
Variação cambial		2.730		323
Em 31 de dezembro de 2009		(9.394)		(1.280)
Adições		(1.475)		-
Baixas		184		184
Variação cambial		1.008		39
Em 31 de dezembro de 2010		(9.677)		(1.057)

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Produtos acabados	268.558	251.765	331.002	91.831	96.014	87.254
Produtos em elaboração	48.165	43.622	60.770	38.670	33.683	46.345
Materiais-primas	173.648	163.816	252.894	87.896	97.064	103.193
Almoxarifado (material de reposição e outros)	61.482	70.308	77.664	33.879	40.480	34.382
Provisão para perdas (20.997)	(20.997)	(19.342)	(28.870)	-	-	(1.364)
	<u>530.856</u>	<u>510.169</u>	<u>693.460</u>	<u>252.276</u>	<u>267.241</u>	<u>269.810</u>

As alterações registradas na Provisão para perdas foram as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Saldo em 01/01/2009		(28.870)		(1.364)
Adições		-		-
Baixas		3.522		1.364
Variação cambial		6.006		-
Saldo em 31/12/2009		(19.342)		-
Adições		(3.988)		-
Baixas		-		-
Variação cambial		2.333		-
Saldo em 31/12/2010		(20.997)		-

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
12. Outros tributos a recuperar				
Tributos indiretos	32.779	1.956	25.612	1.774
Impostos s/ remessas consignadas	12.578	-	14.989	-
Outros	2.934	-	10.010	-
	<u>48.291</u>	<u>1.956</u>	<u>50.611</u>	<u>1.774</u>

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
13. Crédito Eletrobrás				
Tributos indiretos	22.117	1.956	17.660	1.774
Impostos s/ remessas consignadas	12.578	-	14.989	-
Outros	1.693	-	2.969	-
	<u>36.388</u>	<u>1.956</u>	<u>35.618</u>	<u>1.774</u>

Em 2006, ocorreu o trânsito em julgado de ação judicial em que a Magnesita S.A. discutia a correção monetária plena incidente sobre os empréstimos compulsórios à Centrais Elétricas S.A. - Eletrobrás, sobre a qual não cabe qualquer recurso quanto ao mérito. A Eletrobrás foi condenada a pagar uma quantia apurada em laudo pericial, além de entregar ações de sua emissão à Magnesita S.A.

Posteriormente, a Companhia impetrou ação de cobrança contra a Eletrobrás visando o recebimento dos valores relacionados com a ação transitada em julgado, sendo que parte do valor pleiteado pela Companhia, no montante de aproximadamente R\$ 8.100 foi reconhecido pela Eletrobrás e registrado nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de 2006. A ação de cobrança do valor não reconhecido pela Eletrobrás teve continuidade, ocorrendo, inclusive, depósito judicial no montante de R\$ 69.687 em agosto de 2007 por parte da Eletrobrás. No quarto trimestre de 2009, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Companhia requereu o levantamento do valor depositado em juízo por entender ter ocorrido o transcurso do prazo para a Eletrobrás impugnar a execução de cobrança. A Companhia e seus consultores legais, não viram a possibilidade de nenhum recurso que alterasse o direito adquirido até a data em que reconheceu o ativo nas demonstrações contábeis e que qualquer recurso por parte da Eletrobrás seria meramente procrastinatório, não tendo possibilidade de alterar o direito assegurado pela decisão judicial - ou seja, em outras palavras, não haveria mais possibilidade de recursos que não procrastinatórios, o que torna a confirmação do montante devido pela Eletrobrás em decorrência do trânsito em julgado da ação judicial no exercício de 2006 praticamente certa. A perda do prazo para a apresentação dos embargos à primeira penhora implicou na preclusão do direito de contestação dos valores depositados, valores estes que se buscava o levantamento. Mais do que uma tendência de ganho, o que ocorreu foi a confirmação do montante devido à Magnesita S.A., o qual estava, inclusive, garantido por depósito judicial efetuado pela própria Eletrobrás, razão pela qual a Companhia reconheceu o ativo em 31.12.2009 pelo montante de R\$65.189, líquido dos honorários advocatícios. Em 14 de fevereiro de 2011, a Companhia efetuou o levantamento do depósito judicial de R\$69.895, líquido dos honorários advocatícios.

14. Imposto de renda e contribuição social (a) Créditos tributários
A Companhia reconhece no realizável a longo prazo créditos tributários de imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) sobre adições intertemporais e prejuízos fiscais, cuja realização não exceda a expectativa de lucros tributáveis futuros. Os créditos tributários, demonstrados por natureza de tais adições intertemporais, são os seguintes:

	Consolidado			Controladora		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Créditos tributários sobre adições temporárias						
Provisão para perdas do ativo permanente	890	890	4.290	890	890	4.290
Provisão para contingências	25.431	26.875	20.218	25.431	25.797	19.140
Obrigações pós-emprego	55.989	55.396	37.411	18.519	13.940	5.254
Provisão para gratificações	10.212	5.984	9.520	10.212	5.984	9.520
Outros	17.392	14.841	5.585	3.727	2.436	5.586
	<u>109.914</u>	<u>103.986</u>	<u>77.024</u>	<u>58.779</u>	<u>49.047</u>	<u>43.790</u>

A realização dos créditos diferidos de imposto de renda e contribuição social está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis, nos termos da legislação fiscal em vigor, bem como à geração de lucros tributáveis futuros. As projeções de resultado disponíveis, combinadas com o histórico de suas operações, indicam que a Companhia e suas controladas irão auferir lucros tributáveis futuros em montante suficiente para absorver referido ativo. As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas.

A administração estima que a realização do ativo fiscal diferido se dará conforme demonstrado a seguir:

	Provisão para perdas do ativo		Obrigações pós-emprego		Provisão para contingências		Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
1 ano	-	2.543	1.332	10.212	-	-	-	-
2 ano	-	2.543	1.332	-	-	-	-	-
3 ano	890	2.543	1.332	-	17.392	-	13.674	-
4 ano	-	2.543	1.332	-	-	-	24.868	-
5 ano	-	2.543	1.332	-	-	-	30.355	-
6 ao 8 ano	-	7.629	3.997	-	-	-	96.633	-
9 ao 11 ano	-	5.087	-	-	-	-	-	-
Após 11 anos	-	-	41.335	-	-	-	-	-
Saldo 31.12.2010	<u>890</u>	<u>25.431</u>	<u>55.989</u>	<u>10.212</u>	<u>17.392</u>	<u>165.530</u>	<u>115.123</u>	<u>33.968</u>

O crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são gerados principalmente em decorrência da amortização dos ágio fundamentado na rentabilidade futura ("goodwill") decorrentes de aquisições de controladas. Tais ágios têm prazos de amortização previstos para finalizar em 2013 (saldo de R\$ 541.224) e em 2018 (saldo de R\$ 482.461) o quais fundamentam a expectativa da Administração na realização deste crédito.

Resalte-se que os créditos tributários contabilizados estão suportados pelo estudo técnico a que se refere a Instrução CVM nº 371/02.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Europa			Região Estados Unidos		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente da obrigação atuarial	(89.808)	(100.879)	(120.587)	(223.035)	(234.336)	(269.683)
Valor justo dos ativos	-	-	-	153.426	157.195	146.947
Passivo atuarial	(89.808)	(100.879)	(120.587)	(69.609)	(77.141)	(122.736)
Participantes ativos	457	457	626	530	645	681
Participantes assistidos	1.182	1.182	187	605	579	693
Participantes desligados	-	-	-	-	-	-
mas elegíveis ao Plano Hipóteses atuariais econômicas:	324	324	1.203	239	370	497
Taxa de desconto	6% a.a.	5% a.a.	6% a.a.	6,2% a.a.	6,2% a.a.	6,25% a.a.
Retorno dos investimentos	-	-	-	8,25% a.a.	8,25% a.a.	8,75% a.a.
Crescimentos salariais	2,50% a.a.	2,50% a.a.	2,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Reajuste de benefícios	1,75% a.a.	1,75% a.a.	1,75% a.a.	-	-	-
Inflação	-	-	-	2,25% a.a.	2,25% a.a.	2,25% a.a.

O total dos planos de benefício definido gerou um ganho de R\$ 8.857 em 2010, sendo que R\$ 1.657 foram decorrentes de despesas lançados no custo dos produtos vendidos, R\$ 689 nas despesas de vendas contra um ganho de R\$ 11.203 nas despesas administrativas (2009 - despesas de R\$ 894, R\$ 521 e R\$ 731, respectivamente).

(iii) Plano de Aposentadoria Antecipada

Em 2007 a companhia realizou reestruturação nas atividades de sua controlada na China desligando 222 empregados, sendo que tais empregados têm direito a um benefício proporcional à sua remuneração até atingir a idade para a aposentadoria oficial. Esta obrigação foi calculada por atuários externos com o passivo atuarial do Grupo.

25. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social da Companhia é de R\$ 2.388.845 (31/12/2009 - R\$ 2.386.032; 01/01/2009 - R\$ 2.036.032), representado por 258.211.934 de ações ordinárias (31/12/2009 - 257.954.378; 01/01/2009 - 213.873.448), todas nominativas e sem valor nominal. A evolução do capital social em 2010 e 2009 pode ser assim demonstrada:

Data	Evento	Alteração		Capital social	
		Qtd. ações mil	R\$ mil	Qtd. ações mil	R\$ mil
31.12.2008	Saldo	-	-	213.873	2.036.032
20.02.2009	Cancelamento de ações em tesouraria	(791)	-	213.082	2.036.032
30.10.2009	Aumento de capital em espécie	44.872	350.000	257.954	2.386.032
31.12.2009	Saldo	-	-	257.954	2.386.032
24.06.2010	Aumento de capital em espécie	258	2.813	258.212	2.388.845
31.12.2010	Saldo	-	-	258.212	2.388.845

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até R\$ 4.000.000, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do conselho de administração que fixará as condições da emissão.

(b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório correspondente a no mínimo 25% do lucro líquido do exercício ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, observadas as demais disposições ali prescritas.

(c) Reservas de capital

- Reserva especial - Lei nº 8.200/91: Refere-se à correção monetária especial constituída em 1991, nos termos da Lei nº 8.200/91. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital social ou absorção de prejuízos acumulados.
- Reserva especial - incorporação de ágio: Corresponde ao ágio decorrente da incorporação da Mukden Participações Ltda., empresa acionista da Magnesita Refratários S.A., líquido de provisão constituída nos termos da Instrução CVM 349/01. Quando da utilização desta reserva para aumento de capital as ações serão distribuídas para todos os acionistas.
- Opções de ações outorgadas: Corresponde ao valor das opções de compra de ações da Companhia outorgadas a administradores. Em 2010 foi constituída em contrapartida a despesa reconhecida no resultado do exercício, no valor de R\$ 5.450 (2009 - R\$ 2.418).

(d) Reserva de lucros

Reserva de reinvestimentos: Recebida quando da incorporação da controlada Magnesita S.A.

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

Registra a contrapartida da variação cambial de investimento em controladas no exterior, de mútuos de controladas no exterior e ágios. Os valores contabilizados de variação cambial de investimentos e ágios do exterior foram:

	Controladora	
	Saldo em 01.01.2009	Saldo em 31.12.2010
Variação cambial de investimentos no exterior	96.505	(186.553)
Variação cambial de ágio no exterior	(27.054)	(1.405)
Variação cambial de mútuo de controlada no exterior	(118.507)	(77.816)
Saldo em 31.12.2009	(90.941)	(532)
Variação cambial de ágio no exterior	(30.941)	(592)
Variação cambial de mútuo de controlada no exterior	(227.796)	-
Saldo em 31.12.2010	-	(227.796)

26. Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais do Grupo Magnesita com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva das regiões geográficas. A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, da fabricação e comercialização de produtos refratários. Os valores fornecidos ao Conselho de Administração são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras consolidadas. As informações por segmentos de negócio, revisadas pela Administração, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, são as seguintes:

	Consolidado				
	América do Sul	Europa	América do Norte	China	Total
Receita líquida total do segmento	1.337.667	536.775	417.830	113.872	2.406.144
Receita líquida entre segmentos	(72.147)	(28.936)	(22.578)	(6.099)	(129.760)
Receita líquida de terceiros	1.265.520	507.839	395.252	107.773	2.276.384
Lucro (prejuízo) líquido	90.020	(10.480)	22.140	(9.336)	92.344
Contas a receber total do segmento	343.256	127.572	68.551	18.470	557.849
Contas a receber entre segmentos	(36.936)	(13.753)	(7.387)	(1.982)	(60.058)
Contas a receber líquidas de terceiros	306.320	113.819	61.164	16.488	497.791
Estoques	299.684	111.558	92.617	26.997	530.856
Imobilizado	349.355	210.363	80.962	142.455	783.135
Fornecedores totais do segmento	96.922	78.359	47.142	26.620	249.043
Fornecedores totais entre segmentos	(20.630)	(16.706)	(10.024)	(5.675)	(53.035)
Fornecedores totais terceiros	76.292	61.653	37.118	20.945	196.008

As informações por segmentos de negócio, revisadas pela Administração, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, são as seguintes:

	Consolidado				
	América do Sul	Europa	América do Norte	China	Total
Receita líquida total do segmento	1.092.092	502.170	327.255	108.008	2.029.525
Receita líquida entre segmentos	(55.391)	(25.430)	(16.576)	(5.560)	(102.957)
Receita líquida de clientes externos	1.036.701	476.740	310.679	102.448	1.926.568
Lucro (prejuízo) líquido	31.705	(32.522)	(1.661)	(30.063)	(32.541)
Contas a receber total do segmento	304.509	114.576	53.417	11.607	484.109
Contas a receber entre segmentos	(33.749)	(12.716)	(5.902)	(1.288)	(53.655)
Contas a receber líquidas de clientes externos	270.760	101.860	47.515	10.319	430.454
Estoques	307.220	107.609	69.967	25.373	510.169
Imobilizado	401.149	266.829	84.967	155.845	908.790
Fornecedores totais do segmento	93.172	66.212	31.262	25.322	215.968
Fornecedores totais entre segmentos	(21.049)	(14.993)	(7.082)	(5.714)	(48.838)
Fornecedores totais externos	72.123	51.219	24.180	19.608	167.130

O faturamento é pulverizado e a Companhia e suas controladas não possuem clientes que representem individualmente mais de 10% do faturamento. Mais de 86% (2009 88%) das receitas são derivadas da comercialização de produtos refratários.

27. Plano de opção de compra de ações - "Stock options"

Conforme previsto no seu Estatuto Social, a Companhia possui plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembléia Geral com o objetivo de integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazos. Este plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, a critério deste, por um comitê, que aprovará os programas de opção de compra de ações. As opções representarão no máximo 6% do total das ações do capital.

As opções outorgadas conferirão aos titulares o direito de adquirir ações do Capital Social ao longo de cinco anos a partir da outorga, à razão de 20% da quantidade outorgada a cada ano, sendo condição para o exercício da opção seu vínculo com a Companhia no momento do exercício da opção. As ações adquiridas em cada ano permanecem inalienáveis por um ano. As quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentadas a seguir:

	2010		2009	
	Quantidade (mil)	Preço Médio (R\$)	Quantidade (mil)	Preço Médio (R\$)
Em aberto no início	9.166	3,70	4.506	3,91
Outorgadas durante o período	1.150	4,49	4.660	3,79
Saldo das opções	10.316	4,10	9.166	3,70
Ajuste de probabilidade	77,8%	-	77,8%	-
Quantidade a ser reconhecida contabilmente por competência	8.026	3,10	7.131	3,70

O valor a ser reconhecido contabilmente por competência em função do prazo para o exercício das opções de cinco anos, ajustado pela probabilidade, é de R\$ 29.452 para o período integral, tendo sido lançado R\$ 5.450 em 2010, totalizando R\$ 10.929 em conta específica do patrimônio líquido. Em 24/06/2010 a Companhia emitiu 257.556 ações que foram integralizadas por alguns dos administradores como exercício de opções do programa. O valor do aumento de capital foi de R\$ 2.813 e o valor unitário das ações emitidas foi de R\$ 10,92. Em 2009 foi permitido aos titulares das opções, a compra de ações no mercado de capitais para cumprir as obrigações do programa no ano. Assim, 183.366 ações foram adquiridas por administradores em bolsas de valores para cumprir o exercício das opções de compra no presente exercício.

O modelo e as premissas adotadas na mensuração do valor justo para 2010 e 2009 foram:

- Modelo utilizado: Black-Scholes-Merton
- Volatilidade anual: volatilidade histórica baseada em períodos da mesma duração da opção calculada até a data da outorga
- Taxa de juros reais: 8,15% ao ano
- Valor spot: valor da ação da Companhia na data da outorga
- Strike: o previsto no plano de opções de compra de ações (R\$ 10,00)
- Prazo: prazo médio das opções
- Dividendo: 1,2% sobre o valor de mercado da ação.

28. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Depreciação e amortização	121.603	125.789	62.039	55.230
Benefícios a empregados	511.213	450.077	337.441	263.363
Matérias primas e materiais de consumo	844.701	667.025	381.691	296.105
Despesas de transporte e comissões	135.147	98.837	71.789	46.633
Serviços prestados por terceiros	168.821	173.034	131.249	101.077
Outras despesas	193.022	197.418	80.876	67.353
	1.974.507	1.712.180	1.065.085	829.761
Classificação				
Custo dos produtos e serviços vendidos	1.498.634	1.299.963	805.617	639.477
Despesas de vendas	246.265	199.296	129.705	91.148
Despesas gerais e administrativas	229.608	212.921	129.763	99.136
	1.974.507	1.712.180	1.065.085	829.761

29. Despesas de benefícios a empregados

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Salários e remunerações	341.858	309.000	201.448	166.297
Encargos sociais	129.521	118.218	96.690	82.256
Participação nos resultados	41.271	21.744	30.399	14.376
Plano de aposentadoria	(1.437)	1.115	8.904	434
	511.213	450.077	337.441	263.363

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Ganho judicial - Eletrobrás (i)	-	65.189	-	65.189
Indenizações trabalhistas	(3.556)	(20.721)	(3.130)	(18.960)
Indenizações diversas	1.591	3.094	1.591	3.094
Provisão para contingências	(1.162)	(6.518)	(1.162)	(6.518)
Recuperação judicial de tributos	3.581	5.233	3.581	3.950
Reversão de provisões fiscais	8.629	-	8.629	-
Subvenções econômicas	1.012	-	1.012	-
Reversão de plano de saúde (ii)	12.148	-	-	-
Cessão de direitos de processamento de folha de pagamento	3.200	3.200	3.200	3.200
Gastos com reestruturação (iii)	(2.176)	(29.146)	-	-
Receita na venda de imobilizado	826	23.754	826	22.042
Baixa de imobilizado	(3.776)	(16.927)	(385)	(16.927)
Ganhos líquidos em empreendimento imobiliário (iv)	19.967	14.806	19.967	14.806
Benefícios a empregados (Magnus) (v)	(5.915)	(9.597)	(5.915)	(9.597)
Outras, líquidas	3.901	(12.452)	3.002	(4.424)
	38.270	19.915	31.216	55.855

(i) Refere-se ao ganho de ação judicial transitada em julgamento onde a Companhia discutiu a correção monetária dos empréstimos compulsórios a Eletrobrás (Nota 13).

(ii) Refere-se a reversão de parte da provisão para pagamento de benefícios de planos de saúde nos Estados Unidos em razão de mudanças na sua regulamentação.

(iii) Refere-se a gastos de reestruturação das Controladas, substancialmente gastos com demissão, relativamente a processos cuja tomada de decisão foi concluída.

(iv) Refere-se à venda de ativos relacionados a empreendimentos imobiliários como parte da estratégia da Companhia de identificar e alienar ativos não operacionais, com vistas a reinvestir os recursos provenientes destes processos em atividades relacionadas ao seu "core business". As vendas foram efetuadas a prazo e os saldos a receber estão sujeitos a correção monetária e juros, conforme indexadores pactuados caso a caso.

(v) Refere-se à evolução do passivo atuarial do Plano de Benefício Definido após a mudança do tipo de benefício para Contribuição Definida para os participantes ativos (Nota 24).

31. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras podem ser assim demonstradas:

	Consolidado		Controladora	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras				
- Variações monetárias cambiais	34.326	(27.263)	7.725	(43.810)
- Rendimento de aplicação financeira	30.933	15.866	29.182	12.762
- Outras receitas	2.268	1.635	1.393	1.150
	67.527	(9.762)	38.300	(29.898)
Despesas financeiras				
- Variações monetárias cambiais	(31.953)	52.187	2.979	44.925
- Juros sobre empréstimos	(199.129)	(195.803)	(124.424)	(133.188)
- Perda em aplicação financeira - SWAP	-	(43.752)	-	(43.752)
- Outras despesas	(28.726)	(41.549)	(18.940)	(14.090)
	(259.808)	(228.917)	(140.385)	(146.105)
	(192.281)	(238.679)	(102.085)	(176.003)

32. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Consolidado	
	2010	2009
Básico		
Numerador básico		
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	91.765	(31.000)
Denominador básico		
Quantidade média ponderada de ações emitidas em circulação	258.088.301	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

	BR GAAP antigo	Ágio e deságio	Imposto de Renda e contribuição social	Benefícios de aposentadoria	Efeito total na mudança para IFRS	CPCs/IFRS
Ativo						
Circulante	1.496.872				1.496.872	
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	213.689		6.612		6.612	220.301
Impostos a recuperar	1.774				-	1.774
Depósitos judiciais	10.366				-	10.366
Crédito por venda de imóvel	59.886				-	59.886
Ágio na incorporação de controladora, líquido de provisão	88.874				-	88.874
Outros	374.589		6.612		6.612	381.201
Investimentos	2.021				-	2.021
Imobilizado	908.790				-	908.790
Intangível	2.184.643				-	2.184.643
	3.470.043		6.612		6.612	3.476.655
Total do ativo	4.966.915		6.612		6.612	4.973.527
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	754.436				-	754.436
Não circulante						
Exigível a longo prazo						
Empréstimos e financiamentos	1.418.777				-	1.418.777
Provisão para contingências	109.817				-	109.817
Obrigações pós-emprego	229.183			19.446	19.446	248.629
Impostos diferidos	191.523		6.547		6.547	198.070
Deságio incorporação de controlada	19.256	(19.256)			(19.256)	-
Outras obrigações	7.456				-	7.456
Não circulante	1.976.012	(19.256)	6.547	19.446	6.737	1.982.749
Patrimônio líquido						
Capital social	2.386.032				-	2.386.032
Reservas de capital	99.126				-	99.126
Reservas de lucros	2.856				-	2.856
Ajustes de avaliação patrimonial	(118.507)				-	(118.507)
Prejuízos acumulados	(149.174)	19.256	65	(19.446)	(125)	(149.299)
	2.220.333	19.256	65	(19.446)	(125)	2.220.208
Participação de acionistas não-controladores	16.134					16.134
Total do Patrimônio Líquido	2.236.467	19.256	65	(19.446)	(125)	2.236.342
Total do passivo e patrimônio líquido	4.966.915	-	6.612	-	6.612	4.973.527

Conciliação do lucro líquido de 2009

	BR GAAP antigo	Imposto de Renda e contribuição social	Benefícios de aposentadoria	Efeito total na mudança para IFRS	CPCs/IFRS
Lucro bruto	626.605			-	626.605
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	(199.296)			-	(199.296)
Gerais e administrativas	(212.921)			-	(212.921)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21.454		(1.539)	(1.539)	19.915
Lucro operacional antes do resultado financeiro	235.842		(1.539)	(1.539)	234.303
Resultado financeiro	(238.679)				(238.679)
Prejuízo antes do imposto de renda, da contribuição social	(2.837)				(4.376)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(26.398)	523		523	(25.875)
Diferido	(2.290)			-	(2.290)
Prejuízo do exercício	(31.525)	523	(1.539)	(1.016)	(32.541)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia	(29.984)	523	(1.539)	(1.016)	(31.000)
Participação de acionistas não-controladores	(1.541)				(1.541)

38. Conciliações do Patrimônio Líquido e Resultado entre BRGAAP antigo e CPCs / IFRS – Trimestres de 2010

Em 25 janeiro de 2011 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou a Deliberação nº 656/2011 concedendo prazo adicional para a reapresentação das Informações Trimestrais ("ITR") de 2010, com a plena adoção das normas de 2010.

A Companhia optou, em consonância com a Deliberação CVM nº 656/2011, pela reapresentação das ITRs consolidadas e da controladora de 2010, comparativamente com as cifras de 2009, também ajustadas às normas de 2010, até a data de apresentação do primeiro trimestre de 2011.

Em atendimento a referida deliberação, os ajustes que serão refletidos na reapresentação das ITR de 2010 em decorrência da adoção das novas práticas contábeis, estão descritas a seguir. Ressaltamos que as Informações Trimestrais abaixo foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo as reclassificações decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

	31/03/2010 (Não auditado)	30/06/2010 (Não auditado)	Consolidado 30/09/2010 (Não auditado)	31/03/2010 (Não auditado)	30/06/2010 (Não auditado)	Controladora 30/09/2010 (Não auditado)
Patrimônio líquido						
Saldo anteriormente publicado	2.201.684	2.170.122	2.224.265	2.201.684	2.170.122	2.224.265
Deságio controlada	19.256	19.256	19.256	19.256	19.256	19.256
Benefícios de aposentadoria	(19.446)	(19.446)	(19.446)	(19.446)	(19.446)	(19.446)
Créditos tributários	65	65	65	65	65	65
Saldo ajustado	2.201.559	2.169.997	2.224.140	2.201.559	2.169.997	2.224.140
Patrimônio líquido						
Saldo anteriormente publicado	2.020.729	1.917.933	1.886.420	2.020.729	1.917.933	1.886.420
Deságio controlada	19.256	19.256	19.256	19.256	19.256	19.256
Benefícios de aposentadoria	15.456	15.456	15.456	15.456	15.456	15.456
Créditos tributários	(11.802)	(11.802)	(11.802)	(11.802)	(11.802)	(11.802)
Saldo ajustado	2.043.639	1.940.843	1.909.330	2.043.639	1.940.843	1.909.330

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores

Magnesita Refratários S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Magnesita Refratários S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Magnesita Refratários S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras

estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magnesita Refratários S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magnesita Refratários S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Manifestação do Conselho de Administração

De conformidade com o inciso V do artigo 142 da Lei de Sociedade por Ações, nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, o Conselho de Administração da Magnesita Refratários S.A., em reunião do dia 23 do corrente mês, tomou conhecimento do Relatório da Administração referente ao exercício recém findo e aprovou as contas da Diretoria.

Contagem, 23 de março de 2011

Fersen Lamas Lambranco - Presidente

Márcio Tabatchnik Trigueiro - Vice Presidente (a partir de 18/02/10)

Piero Paolo Picchioni Minardi - Vice-Presidente (até 29/01/10)

Octávio Cortes Pereira Lopes

Nelson Rozental

Thiago Emanuel Rodrigues (a partir de 12/03/10)

Danilo Gamboa (até 12/03/10)

Fabio Alperowitch

Bernardo Guimarães Rodarte

Andrew Woodward Sweet (até 27/04/2010)

Robert Frank Agostinelli (a partir de 27/04/2010)

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Magnesita Refratários S.A. ("Companhia"), no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia e o parecer dos auditores independentes (em conjunto, as "Demonstrações Financeiras Consolidadas"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, tendo também analisado o estudo técnico de viabilidade que suporta a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e, pelo presente, em observância ao disposto no artigo 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404/76, e nos artigos 2º, inciso II, e 4º, ambos da Instrução CVM 371/02, aprova integralmente os referidos documentos.

O Conselho Fiscal da Companhia analisou também a proposta da administração a respeito da destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, cujo lucro líquido de R\$ 92.344 mil deverá ser utilizado para compensar prejuízos acumulados não havendo, portanto, dividendos a serem distribuídos.

Contagem, 23 de março de 2011

Pedro Wagner Pereira Coelho

Alexei Ribeiro Nunes

Sérgio Valadares Portella

Bruno de Oliveira Vargens (até 26/04/10)

Sergio Antonio Cordeiro de Oliveira

Ricardo Scalzo

DECLARAÇÃO

Na qualidade de Diretores Estatutários da Magnesita Refratários S.A., declaramos nos termos da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, artº 25 parágrafo 1º itens V e VI que: analisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; analisamos, discutimos e concordamos com os termos do parecer dos auditores externos relativo às Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Contagem, 23 de março de 2011.

Ronaldo labrudi dos Santos Pereira

Diretor Presidente

Flavio Rezende Barbosa

VP de Finanças e de Relações com Investidores

Diretores sem designação específica:

Eduardo Francisco Lôbo

Luis Rodolfo Mariani Bittencourt

David Albert Gregory

Gustavo Lucio Gonçalves Franco

Milton José de Oliveira Sacramento

Wagner Mariano Sampaio

Otto Alexandre Levy Reis

Afonso Celso Resende

Fabício Rodrigues Amaral

Yan Hoffstetter

Responsável Técnico

Leonardo Figueiredo Moreira - Contador

CRC-MG 76.170/O-4



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP00160/O-5 "F" MG

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O "S" MG